



PROGRAMA DE ENSINO

EMENTA: Aspectos gerais dos conflitos internacionais. Fontes das normas relativas às soluções pacíficas de conflitos entre Estados. Formas extrajudiciárias e judiciárias. A negociação diplomática: procedimentos, condução, intervenção de terceiros, formação de grupos (institucionalizados ou não), soluções negociadas. Bons Offícios e Mediação. Procedimentos. Soluções e sua execução. O papel do Secretário Geral da ONU e da OEA. A Conciliação Internacional: regras, procedimentos, tipicidades. A arbitragem internacional entre Estados: "ad hoc" e institucionalizada. Fases dos procedimentos. Natureza do laudo arbitral. A fase pós-arbitral: a questão da executoriedade do laudo arbitral.

1.0. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Código : CNM 7253
Nome : Negociação Internacional
Carga Horária : 60 horas/aula
Nº de Horas/Aula : 04 semanais

2.0. PRÉ-REQUISITOS –

3.0. IDENTIFICAÇÃO DA OFERTA: Curso de Graduação em Relações Internacionais

4.0. OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Analisar as formas e sistemas internacionais (públicos e privados) de solução de conflitos. Estudar aspectos relevantes dos conflitos internacionais.

5.0. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ponto 1 – Conflitos internacionais. Conceito e características. Conflito e cooperação. Conflito interno e externo. Consciência do conflito. Conflito e poder.

Ponto 2 – Classificação dos métodos de resolução de conflitos. Autotutela, autocomposição e heterocomposição. Negociação, conciliação, mediação, bons ofícios, inquérito, congressos (conferências), judicial e arbitragem.

Ponto 3 – Negociação. Conceito e características. Posições e Interesses. Procedimento de negociação por princípios.

Ponto 4 – Arbitragem. Conceito e características. Convenção de arbitragem. Procedimento arbitral. Laudo arbitral. Executoriedade do laudo arbitral.

Ponto 5 – Principais sistemas de solução de controvérsias. Corte Internacional de Justiça. Tribunal de Justiça da União Européia (Procedimento por incumprimento). Tribunal arbitral ad hoc e Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul. Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

Metodologia: Aulas expositivas ministradas pelo Professor e, eventualmente, seminários apresentados pelos alunos.

Frequência: Para aprovação o aluno deverá ter presença em 75% das aulas ministradas no semestre. Alunos com presença inferior a 75% estarão reprovados.

Avaliação: 1 – Haverá uma prova escrita sobre a totalidade do conteúdo da disciplina no dia 26 de junho de 2012 (terça-feira)

2 – Além da prova com todo o conteúdo da disciplina haverá uma prova em 29 de maio de 2012 sobre o conteúdo do livro: NYE JUNIOR, Joseph S. *Compreender os conflitos internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002, 304 p.

3- As notas atribuídas as provas serão somadas e divididas por 2. Caso haja a apresentação de seminários pelos alunos a notas serão somadas e divididas por 3.

a) O aluno que obtiver média superior a nota 6,0 (seis) estará aprovado.

b) Para os alunos que obtiverem média inferior a 6,0 (seis) e superior a 3,0 (três) será realizado um exame que substituirá a nota de avaliação mais baixa. O exame ocorrerá em data a ser definida.

c) Os alunos que obtiverem uma média inferior a nota 3,0 (três) estarão reprovados sem a possibilidade de realização do exame.

O exame será realizado no dia 02 de julho de 2012.

6.0. BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE MELLO, Celso D. de. Direito Internacional Público, Tratados e Convenções, 4ª edição, Livraria Editora Renovar, Rio de Janeiro, 1986. (Nesta edição encontra-se o texto integral da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de Montego Bay, de 1982)
- _____. Direito Internacional Publico, Rio de Janeiro, Editora Renovar, 9ª edição, atualizada e ampliada, 1992.
- BOSON, Gerson de Britto Mello. Direito Internacional Público, o Estado em Direito das Gentes, Belo Horizonte, Livraria Del Rey Editora, 1994.
- BOULOUIS, J. e CHEVALLIER, R. M. Grands Arrêts de la Cour de Justice dès Communautés Européennes, Paris, Dalloz, Tomo 1, 6ª edição, 1994, Tomo 2, 3ª edição, 1991.-
- CAHIER, Philippe. Derecho Diplomático Contemporaneo, edição em língua espanhola, Madri, México, Buenos Aires, Pamplona, Ediciones RIALP, S.A, 1965
- CARREAU, Dominique Droit International, Paris, Pedone, 4ª edição, 1994.
- CLERGERIE, Jean-Louis Le Principe de Subsidiarité, Paris, Ellipses, 1997.
- COLLIARD, Claude-Albert Institutions des Relations Internationales, Paris, Dalloz, 6ª edição, 1974.
- Cour Internationale de Justice, Communiqué (non officiel pour publication immédiate), nº 93/20 de 19 de julho de 1993, "Constitution d'Une Chambre de la Cours pour lês Questions d'Environnement".
- Cour Internationale de Justice, Communiqué (non officiel pour publication immédiate), nº 94/10 de 14 de março de 1994, "Chambre de la Cour pour les Questions d'Environnement, Compositin"
- DINH, Nguyen Quoc et alli.. Droit International Public, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 4ª edição, 1992.-
- DUPUY, Pierre-Marie. Droit International Public, Paris, Dalloz, 2ª edição, 1993.
- EISEMANN,, Pierre Michel et alli. Petit Manuel de la Jurisprudence de la Cour Internationale de Justice, Paris, Éditions A. Pedone, 2ª edição, 1971.
- GHIRELLI, Jose I. Garcia. Repertorio de Jurisprudencia de la Corte Internacional de Justicia, Buenos Aires, Victor de Zavalla Editor, 1973.
- HENKIN, Louis, et alli. International Law, Cases and Materials, St. Paul, Minn., West Publishing Co., 2ª edição, 1987.
- JIMÉNEZ DE ARÉCHAGA, Eduardo El Derecho Internacional Contemporaneo, Madri, Editorial Tecnos, 1980.
- LASOK, D. e BRIDGE, J.W. Law & Institutions of the European Communities, Londres, Dublin e Edimburgo, Butterworths, 5ª ed., 1991.
- LINDGREN ALVES, J. A. Os Direitos Humanos como Tema Global, São Paulo, Perspectiva e Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1994 (Estudos: 144).
- MANIN, Philippe. Droit International Public, Paris, Masson, 1979.
- MARCOVITCH, Jacques (organizador). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.-
- NYE JUNIOR, Joseph S. *Compreender os conflitos internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- PLANTEY, Allain. La Négotiation Internationale, Principe et Méthodes, Paris, Editions du CNRS, 1980.
- RANGEL, Vicente Marotta. Direito e Relações Internacionais, Textos Coligidos e Ordenados por, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 3ª edição, revista e atualizada, 1988.
- ROSENNE, Shabtai. The World Court, What it is and how it works, Dordrecht, Boston, Londres, Martinus Nijhoff Publishers, 5ª edição revista, 1995. ROUSSEAU, Charles. Droit International Public, tome V "Les Rapports Conflictuels", Paris, Sirey, 1983.
- SCHERMERS, Henry G. e BLOKKER, Niels. International Institutional Law: Unity within Diversity, Martinus Nijhoff Publishers, Haia, Londres, Boston, 3ª edição revista, 1995.-
- SOARES, Guido F.S. "A Atividade Normativa do MERCOSUL, nos dois primeiros anos de vigência do Tratado de Assunção: um balanço positivo?" in Boletim de Integração Latino-Americana, nº 12, jan-mar. de 1994, Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Núcleo de Assessoramento Técnico, 1994, p. 7-44
- _____. "Direito Supranacional nas Comunidades Européias e na América Latina: o Caso da ALALC/ALADI e o Mercado Comum Brasil-Argentina", in Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 80, junho de 1991, vol. 668, p.11-34.
- _____. "O Território Nacional e os Espaços Internacionais no Brasil". IN: Margem, Faculdade de Ciências Sociais da PUC de São Paulo, São Paulo, EDUC, vol. 2, 1993,
- _____. Das Imunidades de Jurisdição e de Execução, Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- SOCIÉTÉ FRANÇAÏSE POUR LE DROIT INTERNATIONAL. Colloque de Tours, Aspects Récentes du Droit des Relations Diplomatiques, Paris, Editions A. Pedone, 1989 (Atas do XXII Colóquio da Société Française pour le Droit International, realizado na Faculté de Droit et des Sciences Économiques da Universidade de Tours, de 02 a 04 de junho de 1988).